

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), tendo Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2018, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,33%, enquanto que na Bradespar era de 9,37%.

Possui também registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do período

O resultado operacional em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referentes a aplicações financeiras, e os juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	2018	2017
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	912.294	1.033.501
Resultado de equivalência patrimonial.....	983.107	1.116.164
Despesas tributárias.....	(61.578)	(73.449)
Despesas gerais e administrativas.....	(9.235)	(9.214)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	912.294	1.033.501
RESULTADO FINANCEIRO	(82.786)	(146.383)
Receitas financeiras.....	546.361	794.850
Despesas financeiras.....	(629.147)	(941.233)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	829.508	887.118
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.786)	(6.472)
RESULTADO DO PERÍODO	824.722	880.646

O principal motivo para a redução do lucro no exercício, foi a queda do resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 874,1 milhões e R\$ 109,0 milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 901,1 milhões e R\$ 215,0 milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2018, ocorreram os seguintes fatos relevantes: (i) recebimento de JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 329 milhões; (ii) recebimento de dividendos/JCP, no valor de R\$ 62,6 milhões destinados pela Bradespar; e (iii) aumento de capital social, no valor de R\$ 125,8 milhões.

Comentários sobre as investidas

BRADERCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e pontos estratégicos no exterior, sempre comprometido com o crescimento econômico e social do País, além de buscar, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos e serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores.

Cidade de Deus, 29 de março de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	1.573.539	1.114.991
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	629.306	402.206
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	236.330	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 9).....	-	227.215
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 10).....	475.961	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 21a).....	231.942	242.165
Valores a Receber (Nota 12).....	-	243.405
NÃO CIRCULANTE	17.231.655	16.695.466
Realizável a Longo Prazo	6.374.481	6.288.461
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 10).....	5.060.535	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 11).....	-	5.451.599
Valores a Receber (Nota 12).....	259.040	-
Depósitos Judiciais (Nota 14b).....	319.029	240.362
Créditos Tributários (Nota 22c).....	141.950	123.791
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 22f).....	593.927	472.709
Investimentos (Nota 13)	10.857.174	10.407.005
TOTAL	18.805.194	17.810.457

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.687.344	1.531.300
CIRCULANTE	1.528	5.830
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 22g).....	217.900	146.210
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 17e).....	1.467.916	1.379.260
Outras Obrigações (Nota 15).....	-	-
NÃO CIRCULANTE	7.956.413	7.744.979
Provisão para Impostos e Contribuições.....	18.593	13.361
Provisão para Contingências (Nota 14b).....	345.837	268.872
Passivos Financeiros (Nota 16).....	5.590.778	5.582.326
Outras Obrigações (Nota 15).....	2.001.205	1.880.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.161.437	8.534.178
Capital Social (Nota 17a).....	4.593.804	4.468.004
Reservas de Lucros.....	4.162.486	3.718.046
Outros Resultados Abrangentes.....	405.147	348.128
TOTAL	18.805.194	17.810.457

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	912.294	1.033.501
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 13).....	983.107	1.116.164
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(61.578)	(73.449)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 19).....	(9.235)	(9.214)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	912.294	1.033.501
RESULTADO FINANCEIRO	(82.786)	(146.383)
Receitas Financeiras (Nota 20).....	546.361	794.850
Despesas Financeiras (Nota 20).....	(629.147)	(941.233)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	829.508	887.118
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(4.786)	(6.472)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	824.722	880.646
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 17b)		
Resultado por ação ordinária.....	0,36	0,39
Resultado por ação preferencial.....	0,39	0,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	824.722	880.646
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	21.571	54.061
Resultado Abrangente do Exercício	846.293	934.707

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.325.004	184.810	2.807.590	294.067	7.611.471
Lucro Líquido do Período.....	-	-	-	880.646	880.646
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	54.741	54.741
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	(680)	(680)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	934.707
Aumento de Capital por Subscrição.....	143.000	-	-	-	143.000
Destinações: - Reservas.....	-	44.032	681.614	(725.646)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(155.000)	(155.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.468.004	228.842	3.489.204	348.128	8.534.178
Resultado de Adoção de Novas Práticas Contábeis.....	-	-	-	35.448	(149.282)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	4.468.004	228.842	3.489.204	383.576	(149.282)
Lucro Líquido do Período.....	-	-	-	824.722	824.722
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	22.065	22.065
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	(494)	(494)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	846.293
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 17a).....	125.800	-	-	-	125.800
Destinações: - Reservas.....	-	41.236	403.204	(444.440)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	(231.000)	(231.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.593.804	270.078	3.892.408	405.147	9.161.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2018	%	2017	%
1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(9.235)	(0,6)	(9.214)	(0,5)
1.1) Serviços de Terceiros.....	(9.235)	(0,6)	(9.214)	(0,5)
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1)	(9.235)	(0,6)	(9.214)	(0,5)
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	(9.235)	(0,6)	(9.214)	(0,5)
4 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.529.468	100,6	1.911.014	100,5
4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial.....	983.107	64,7	1.116.164	58,7
4.2) Receitas Financeiras.....	546.361	35,9	794.850	41,8
5 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3+4)	1.520.233	100,0	1.901.800	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.520.233	100,0	1.901.800	100,0
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	66.364	4,4	79.921	4,2
6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	629.147	41,3	941.233	49,4
6.3) Remuneração de Capitais Próprios.....	824.722	54,3	880.646	46,4
6.3.1) Juros sobre o Capital Próprio.....	231.000	15,2	155.000	8,2
6.3.2) Lucros Retidos do Exercício.....	593.722	39,1	725.646	38,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, à menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas está apresentada nas Notas 13.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nivel I (ADRs), lastreados em ações preferenciais, e ADRs Nivel II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

O Bradesco, alicerçado em valores éticos, respeito e transparência, enfrenta com determinação os desafios da atualidade, demonstrando força e capacidade de intermediário financeiro, incentivando investimentos, democratizando o crédito, expandindo a oferta de produtos, serviços e soluções e promovendo, prioritariamente, inclusão bancária e mobilidade social, por meio de sua ampla Rede de Atendimento, que inclui Agências, Postos de Atendimento, Correspondentes Bradesco Expresso, Máquinas de Autoatendimento e, também, pelos Canais Digitais, como o *Internet Banking*, Bradesco Celular, Fone Fácil e Redes Sociais.

No âmbito financeiro, sob a perspectiva de crescimento em bases mais realistas, o Banco continuará buscando expandir sua carteira de crédito, com ênfase no crédito ao consumo, empréstimos consignados em folha de salário, apoio ao empreendedorismo, principalmente para pequenas empresas, e crédito imobiliário, bem como de sua forte atuação em previdência complementar aberta.

Para tanto, seguirá adotando critérios eficazes de segurança, que incluem rigorosa avaliação dos processos de concessão e eficiente cobrança diária de valores vencidos. O foco estratégico na difusão segura e nos resultados dos negócios que conduz, de que são exemplos o banco de investimento, *corporate, private banking* e a gestão de recursos de terceiros, além dos investimentos no mercado de cartões, consórcios, seguros, previdência e capitalização, igualmente relevantes, permanecerá ativo na Organização.

O Bradesco registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, lucro líquido ajustado de R\$ 16,6 bilhões, sendo destinado aos acionistas, relativo ao período, a título de JCP, o montante de R\$ 7,3 bilhões. Os ativos totais alcançaram R\$ 1.305,5 bilhões, enquanto que o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 124,7 bilhões.

BRADERSPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes, em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão, que foi impactado pelo resultado apresentado pela VALE.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Desde o início de vigência da norma, não houve reclassificações decorrentes de sua adoção e não houve reflexo nas perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) para os ativos avaliados no modelo de custo. O impacto da adoção inicial do CPC 48, relacionado ao investimento direto/indireto, foi de R\$ (113.834), sendo R\$ 35.448 contra lucros abrangentes e R\$ (149.282) registrado contra lucros acumulados, e os efeitos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registrados no resultado através da avaliação pelo método de equivalência patrimonial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

CPC 06 (R2) - *Leasing* (IFRS 16): As principais alterações são: (i) não há mais distinção quanto a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações que são alcançadas pelo CPC 06 são registradas em ativo como um direito de uso com contrapartida em passivo, devendo-se reconhecer em resultado os valores relativos aos juros passivos e depreciações/amortizações do ativo, procedimento similar ao atual *leasing* financeiro. O CPC 06 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações, entretanto de acordo com a análise realizada pela Companhia, não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção da nova norma.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1**
Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2**
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3**
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

13) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Em 31 de dezembro											
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado		Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (5)	
		2018	2017	2018	2017	ON	PN		2018	2017	2018	2017
Bradesco (1) (2) (3)	67.100.000	124.715.969	16.583.915	282.927	74.991	5,33	6.642.703	6.276.703	874.074	901.115		
Bradespar (1) (2) (3) (6)	4.100.000	10.117.073	1.190.496	30.388	2.236	9,37	948.354	864.185	109.033	215.049		
Ágio - Bradesco (4)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-		
Ágio - Bradespar (4)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-		
Total							10.857.174	10.407.005	983.107	1.116.164		

(1) Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 33,85 e as ações preferenciais de R\$ 38,65, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 29,30 e R\$ 31,69, respectivamente;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2018, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da NCF;

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(5) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(6) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 319.029 (2017 - R\$ 240.362).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

1 - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
No início do período	268.872	178.103
Atualizações monetárias	15.391	17.322
Constituição	61.574	73.447
No final do período	345.837	268.872

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2018 e 2017, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a adiantamento para futuro aumento de capital e contratos de mútuos. O adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC, correspondia a R\$ 1.467.795 (2017 - R\$ 1.379.134) e o total dos contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI (vencimento em março de 2020), correspondia a R\$ 2.001.205 (2017 - R\$ 1.880.420).

16) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em outubro de 2016, foi encerrada a oferta pública de distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 560.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 5.600.000, e vencimento em dezembro de 2020.

As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 10.000 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500.000,00 totalizando o valor de R\$ 5.000.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.606.179 (2017 - R\$ 5.604.977), sendo o custo de emissão de R\$ 15.401 (2017 - R\$ 22.651), resultando em um valor líquido de R\$ 5.590.778 (2017 - R\$ 5.582.326).

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	1.171.325.126	1.154.299.557
Preferenciais (1)	1.043.932.143	1.028.758.270
Total	2.215.257.269	2.183.057.827

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 125.800, elevando-o de R\$ 4.468.004 para R\$ 4.593.804. A proporção de 1,474969724% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2018, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 32.199.442 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 17.025.569 ordinárias e 15.173.873 preferenciais, ao preço de R\$ 3,91 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 143.000, elevando-o de R\$ 4.325.004 para R\$ 4.468.004. A proporção de 1,916457973% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2017, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 41.050.667 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 21.705.686 ordinárias e 19.344.981 preferenciais, ao preço de R\$ 3,48 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	824.722	880.646
Ordinárias	0,36	0,39
Preferenciais (1)	0,39	0,42

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluítivos.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excedente na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	824.722	880.646	
Reserva legal	41.236	165	
Base de cálculo ajustada	783.486	880.646	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	231.000	136	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(13.100)	0,39	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	217.900	136	28,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	146.210	136	17,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) Provisionamento de JCP, deliberado em 26 de dezembro de 2018; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	51.543	61.741
PIS	10.031	11.706
Outros	4	2
Total	61.578	73.449

19) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços de terceiros (1)	9.099	9.029
Editais e publicações	136	165
Total	9.235	9.214

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

20) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras	435.909	628.988
Receitas sobre aplicações financeiras	51.978	97.775
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	15.835	22.031
Outros	42.839	46.056
Despesas financeiras	546.361	794.850
Despesas com juros de debêntures	(404.302)	(629.023)
Variação monetária de contrato de mútuo a pagar	(120.785)	(170.203)
Variação monetária do adiantamento para futuro aumento de capital	(88.661)	(124.684)
Outros	(15.399)	(17.323)
Resultado financeiro	(629.147)	(941.233)
	(82.786)	(146.383)

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário	6	6
Fundos de investimentos financeiros (1)	629.300	402.200
Total	629.306	402.206

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 236.330, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 227.215 sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

10) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco: (i) acrescidos da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.006.158; e (ii) aplicação acrescida da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 530.338, sendo o valor de custo atualizado R\$ 531.577, e uma marcação a mercado de R\$ (1.239), com vencimento a partir de dezembro de 2019.

11) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a aplicações em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco: (i) acrescidos da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.004.967; e (ii) aplicação acrescida da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 446.632, sendo o valor de custo atualizado R\$ 447.662, e uma marcação a mercado de R\$ (1.030), com vencimento a partir de dezembro de 2019.

12) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2021, o saldo atualizado correspondia a R\$ 259.040 (2017 - R\$ 243.405).

21) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos								
Caixa/disponibilidades	-	-	6	6	-	-	6	6
Aplicações financeiras	-	-	5.772.826	5.678.814	-	-	5.772.826	5.678.814
Valores a receber	259.040	243.405	-	-	-	-	259.040	243.405
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	231.942	242.165	-	-	231.942	242.165
Passivos								
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	217.900	146.210	-	-	-	-	217.900	146.210
Outros passivos (Nota 15)	3.469.000	3.259.554	-	-	-	-	3.469.000	3.259.554

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas/(despesas) com juros	(193.811)	(272.856)	-	-	-	-	(193.811)	(272.856)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(231.000)	(155.000)	398.747	403.151	-	-	167.747	248.151
Receitas de aplicação	-	-	450.204	697.574	-	-	13.647	450.204

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 13, a NCF detém participação societária de 5,33% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado abaixo, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

• Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:

- Perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto de fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias para a mensuração.
- A determinação do valor justo e classificação de instrumentos financeiros que está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco tem de efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores.
- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (fiscais, cíveis e trabalhistas) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Valor recuperável dos ativos relativos a créditos tributários e ativos intangíveis, que incluem ágios de aquisições de investimentos e outros ativos intangíveis cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras.
- O Bradesco possui passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominadas "Provisões Técnicas" sendo que a mensuração das referidas provisões e o teste de adequação de passivos requerem julgamento significativo do Bradesco na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros.
- A alta dependência de infraestrutura de tecnologia da informação para disponibilidade e continuidade de seus processos de negócios que pode impactar as informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

• Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Investimento na Vale S.A., que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - A perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) considerando a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado, dos intangíveis e do ágio, e quanto à definição das Unidades Geradora de Caixa (UGC) que envolvem julgamentos significativos, devido à relevância dos ativos e nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado.
 - Obrigações para desmobilização de ativos, sendo que a determinação do custo associado a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas.
 - Tributos sobre o lucro, envolvendo complexidades associadas aos preços de transferência internacional, nível de incerteza e julgamento quando da avaliação de estimativa com exposições fiscais e na quantificação de passivos contingentes.

Devido à relevância dessas investidas, à mensuração dessas estimativas contábeis que envolvem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas em suas demonstrações contábeis poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os saldos de investimentos e do resultado com equivalência patrimonial, bem como as respectivas divulgações em nota explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da NCF, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da NCF. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as

demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da NCF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a NCF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a NCF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NCF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NCF.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NCF. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NCF a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 29 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2